

Termo de Referência
Processo nº 106/2026

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O objeto desta contratação é o fornecimento de água em galão de 20 litros, conforme a descrição abaixo:

1.1 Contratação de empresa especializada via Ata de Registro de Preços, para fornecimento de água mineral, natural, sem gás, embalagem primária garrafão plástico de 20 litros, **fornecidos em regime de comodato**, fabricado com resina virgem ou outro material adequado para contato com alimentos, vedado com tampa de pressão e lacre, com validade mínima de 02 (dois) meses na data de entrega.

1.2 O prazo para execução do objeto será 10 (dez) dias, a contar do terceiro dia útil subsequente à assinatura da Autorização de Compra.

1.3 O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação.

1.4 O fornecimento deverá ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com sede no Palácio 9 de Julho, na Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, CEP 04097-900, São Paulo - SP, no horário das 14 h às 19 h.

1.5 A ALESP será a única contratante do objeto da Ata de Registro de Preços e não será permitida a adesão por falta de regulamentação.

1.6 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

1.7 Todos os custos necessários para a realização do fornecimento especificado neste Termo de Referência deverão ser contemplados na Proposta

Comercial de licitante, de tal modo que, sendo CONTRATADA, tenha condições de realizar todas as atividades sem ônus adicionais à ALESP.

1.8 O presente descritivo abarca especificações precisas, suficientes e claras, não contendo qualquer excesso que frustre a competitividade, ou ainda, inviabilize a participação de qualquer interessado.

1.9 A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual encontra-se no Estudo Técnico Preliminar.

1.10 Caso haja dúvidas sobre as informações aqui contidas, as empresas participantes deverão dirigir-se à Divisão de Almoxarifado, por meio do telefone (11) 3886-6191, para que as dúvidas sejam esclarecidas.

Justificativa para o parcelamento ou não da solução

1.11 “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade” (Súmula TCU nº 247).

Ou seja, em regra a licitação é considerada como técnica e economicamente divisível, assim sendo, a Unidade Requisitante entende não haver óbice ao parcelamento da solução.

Subcontratação

1.12 A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2 – Fundamentação e descrição da necessidade da Contratação

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de água mineral natural, potável, não gasosa e em garrafões de 20 litros, visando atender as necessidades das unidades do órgão. O fornecimento de água potável neste órgão ocorre por meio da instalação de bebedouros providos com galões de água mineral em suas unidades. A interrupção do serviço em questão causaria graves danos ao órgão, visto ser produto vital à manutenção da saúde e consequente desempenho dos servidores, terceirizados e visitantes.

3 - Descrição da solução como um todo

3.1 Contratação de empresa para fornecimento de água mineral natural sem gás, em galões de 20 litros, por Ata de Registro de Preços, conforme especificações (qualitativas e quantitativas) discriminadas neste Termo de Referência. A solução adequada ao presente processo se perfaz na necessidade permanente de garantir aos servidores, terceirizados e visitantes do órgão as condições necessárias para o bom desempenho de suas atividades e manutenção da saúde com o abastecimento de água potável.

4- Requisitos da contratação

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificação
único	12.000	Galão de 20 litros	ÁGUA MINERAL; NATURAL SEM GÁS, EMBALAGEM PRIMÁRIA GARRAFÃO PLÁSTICO DE 20 LITROS. <u>FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO.</u> FABRICADO COM RESINA VIRGEM OU OUTRO MATERIAL ADEQUADO PARA CONTATO COM ALIMENTOS, VEDADO COM TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 MESES NA DATA DA ENTREGA, COM VASILHAME CONTENDO VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 274/05, RDC 275/05, RDC 259/02, PORTARIA 470/99 (MME), ABNT NBR 14.328/2011, NBR 14.638/2011, NBR 14.222/2013, RESOLUÇÃO ANM Nº

			193/24 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA
--	--	--	--

Sustentabilidade:

4.1 O material solicitado deverá obedecer rigorosamente:

- a) Às disposições legais da União e do Estado de São Paulo onde será executado o objeto;
- b) Às normas e especificações constantes do Edital;
- c) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT e, suas alterações posteriores;

4.2 A Contratada deverá observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando do fornecimento de bens, que correrão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

4.3 As normas de segurança constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas referentes aos materiais.

Indicação de marcas ou modelos

4.4 Não se aplica.

Prazo de validade

4.5 O prazo de validade do produto na data de entrega não poderá ser inferior a 2 (dois) meses, prevalecendo, quando maior que este prazo, a garantia/validade dada pela Contratada, pelo fabricante ou decorrente de lei.

4.6 A substituição dos produtos, eventualmente necessária, deverá ocorrer em um prazo de até 10 (dez) dias corridos da notificação da Contratada.

Certificações/Normalização

4.7 Além das normas atinentes às licitações e contratos administrativos, esta aquisição se submete às normas que especificamente tratam de água mineral, em especial:

- a) às Resoluções de Diretoria Colegiada de nº 274/05 e 275/05 da Anvisa;
- b) à Portaria nº 470/99 do Ministério das Minas e Energia;
- c) à Resolução ANM nº 193/24;
- d) às normas técnicas NBR 14.328/11, NBR 14.638/11 e NBR 14.222/13 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como suas alterações posteriores;
- e) Lei Estadual n. 16.912/18 e
- f) Decreto Estadual n. 64.645/19.

5 – Modelo de Execução do Objeto

5.1 Trata-se de Ata de Registro de Preços, cuja vigência será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação.

Prazo e local de entrega dos produtos

5.2 O prazo de entrega dos pedidos é de até 10 (dez) dias, a contar do terceiro dia útil subsequente à assinatura da Autorização de Compra

5.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4 Os bens deverão ser entregues na Portaria de Carga e Descarga da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, localizada na Rua Abílio Soares, na altura do número 1.846, próximo da esquina com a Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Moema, São Paulo/SP., Divisão de Almocharifado, Subsolo, sala S01, telefone: 3886-6191.

5.4.1 Horário de entrega: das 10h às 18h.

Deverá ser considerada zona de restrição que impede caminhões de grande porte de circular na região da ALESP.

5.4.2 O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

5.5 – Obrigações da Contratada

5.5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.5.2 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.

5.5.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.5.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

5.5.5 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

5.5.6 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.5.7 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.5.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

5.5.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

5.5.10 Fornecer, em regime de comodato, os vasilhames.

5.6 - Obrigações da Contratante

5.6.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

5.6.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

5.6.3 Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar a Contratada.

5.6.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.6.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência e seus anexos.

5.6.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 – Modelo de Gestão do Contrato

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A Alesp poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3 As comunicações entre a Alesp e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, a qual anotarà em registro próprio qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos ou deste instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

7 – Critérios de medição e pagamento

7.1 Recebimento

7.1.1 Com a lavratura de Termo de Recebimento Provisório, em até 03 (três) dias, verificado o pleno e fiel cumprimento a todas as disposições do Termo de Referência e da Proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 Com a lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, em até 03 (três) dias, decorrido o prazo de observação, fixado em 30 (trinta) dias, contado a partir da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que persista a qualidade dos bens entregues e sua conformidade com as exigências do Edital, especialmente as contidas no Termo de Referência e na Proposta.

7.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.7 O requerimento de pagamento, bem como todos os demais documentos de cobrança, deverá ser enviado à Divisão de Almoxarifado da ALESP, localizada no subsolo do “Palácio 9 de Julho”, sala S01 - telefone (11) 3886-6191, via correio eletrônico (almox.dap@al.sp.gov.br) em arquivos com extensão .pdf, pesquisável.

7.2 Prazo de pagamento

7.2.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, da certidão conjunta (negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de contribuições previdenciárias, de tributos federais e da dívida ativa da União, da certidão de regularidade em face do FGTS e da certidão de regularidade em face de débitos trabalhistas, devidamente atualizadas, se necessário for, mediante depósito bancário em conta corrente da Contratada.

7.2.2 Caso o dia de pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil antecedente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia de vencimento.

7.2.3 Nas operações internas (fornecedores e prestadores de serviços contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo), deverá ser observado, quando da entrega do objeto contratado, a correta emissão da Nota Fiscal, nos termos do Decreto Estadual nº 48.034, de 19 de agosto de 2003.

7.2.4 A adjudicatária que não possuir conta no Banco do Brasil S/A deverá providenciá-la após a adjudicação do objeto, para viabilização dos pagamentos.

7.2.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3 Os bens fornecidos deverão corresponder às especificações, marca(s) e/ou modelo(s) aprovados no processo licitatório.

8 – Forma e Critério de Seleção do Fornecedor

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com modo de DISPUTA ABERTO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 O desatendimento das especificações e normas deste Termo de Referência acarretará a desclassificação da Proposta Comercial da licitante;

8.3 Para fins de Habilitação, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1 Habilitação jurídica: aquela constante do edital do Pregão.

8.3.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista: aquela constante do edital do Pregão.

8.3.3 Qualificação Econômico-Financeira: aquela constante do edital do Pregão.

8.4 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para aprovação prévia por meio de declaração específica a ser emitida no prazo de 02 (dois) dias úteis pela Divisão de Almoxarifado, 01 (um) galão como amostra no seguinte endereço: Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, sala S-01 , de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h.

8.4.1 Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

8.4.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.4.3 No caso de não haver entrega da AMOSTRA ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5 Critérios para aceitação da amostra

8.5.1 Deverá estar classificada como Água Mineral, natural, potável, não gasosa, de primeira qualidade;

8.5.2 Apresentar PH entre 6,0 a 9,5;

8.5.3 Deverá respeitar a legislação vigente acerca de água potável e água mineral, estar em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021 do Ministério da Saúde e com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS);

8.5.4 O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender à Resolução RDC (Resolução de Diretoria Colegiada) nº 331 de 23 de dezembro de 2019;

8.5.5 Deverá estar acondicionada em embalagem retornável do tipo Garrafão com capacidade para 20 (vinte) litros. Garrafão em plástico higiênico, resistente, sem manchas, sem odor, sem furos ou micro furos, sem fissuras, sem amasso, devidamente desinfetado, rotulado, tampado e vedado na parte superior com lacre de segurança do fabricante, devendo estar em conformidade com a norma ABNT vigente;

8.5.6 Deverá constar na embalagem do garrafão sua data de fabricação, prazo de validade que não deverá ser inferior a 2 (dois anos) e superior a 3 (três) anos, marca, CNPJ do fabricante e o nº do registro da embalagem no Ministério da Saúde. O garrafão deverá ter padrão de formato acoplável a bebedouros do tipo garrafão;

8.5.7 Deverá estar impressa no rótulo do produto a marca, a classificação, a fonte de procedência, o prazo de validade para o produto, a data de envase, as características físico-químicas, a composição química provável, a portaria de lavra, o número e data do último LAMIN-CPRM/MME expedido, o número de registro no Ministério da Saúde - MS, o conteúdo e dados do concessionário, além das demais informações exigidas na legislação em vigor.

9 – Estimativas

9.1 Em atendimento ao disposto no art.18, inciso XI, da Lei Federal n.º 14.133/2021, informamos que o orçamento da licitação não tem caráter sigiloso, sendo divulgado junto com o edital da licitação.

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificação	Estimativa de custo

ú n i c o	12.000	Galão de 20 litros	<p>ÁGUA MINERAL; NATURAL SEM GÁS, EMBALAGEM PRIMÁRIA GARRAÇÃO PLÁSTICO 20 LITROS.</p> <p><u>FORNECIDOS EM REGIME DE COMODATO.</u> FABRICADO COM RESINA VIRGEM OU OUTRO MATERIAL ADEQUADO PARA CONTATO COM ALIMENTOS, VEDADO COM TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES NA DATA DA ENTREGA, COM VASILHAME CONTENDO VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS NA DATA DA ENTREGA, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL Nº 16.912/18, DECRETO ESTADUAL nº 64.645/19 E RESOLUÇÃO ANM nº 193/24 A RDC 274/05, RDC 275/05, RDC 259/02, PORTARIA 470/99 (MME), PORTARIA 387/08 (DNPM), ABNT NBR 14.328:2011, NBR 14.638:2011, NBR 14.222:2013 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA</p>	R\$
-----------------------	--------	--------------------	--	-----

10 - Adequação Orçamentária

As despesas decorrentes das contratações correrão a conta das dotações expressamente consignadas no orçamento ALESP vigente à época da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Elaborado em 03/06/2026

Unidade Requisitante	De acordo
<p>André José Frezzato</p> <p>Gestor de Divisão</p> <p>Divisão de Almoxarifado</p> <p>Matrícula 11.280</p>	<p>José Armando Mantuan</p> <p>Diretor de Departamento</p> <p>Departamento de Infraestrutura</p> <p>Matrícula 20.770</p>



Assinado por : ANDRE JOSE FREZZATO:25023952835

Data assinatura :03/06/2026 15:11:13